****

**Comissão Temática sobre o Ensino do Português no Estrangeiro, da Cultura,**

**do Associativismo e da Comunicação Social (CEPECACS)**

**.............. Ata da Quinta Reunião da Comissão Temática sobre o Ensino do Português no Estrangeiro, da Cultura, do Associativismo e da Comunicação Social ......................**

... Aos três dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, pelas doze horas e dez minutos (horário de Lisboa), reuniu-se, via plataforma Teams, a Comissão Temática sobre o Ensino do Português no Estrangeiro, da Cultura, do Associativismo e da Comunicação Social (doravante designada por CEPECACS), composta pelos(as) Conselheiros(as) eleitos(as)...

... Estiveram presentes na reunião a Conselheira Sandra Mano Ferreira (Reino Unido, Londres), que, na qualidade de Coordenadora, presidiu aos trabalhos, bem como os Conselheiros António Oliveira (França, Paris), Armando Torrão (Brasil), Filipe Silva (Timor-Leste) e José João Correia Nóbrega Ascenso (Cabo Verde), garantindo o quórum necessário à realização da reunião. Importa ainda salientar que os Conselheiros Laurentino Esteves (Toronto, Canadá) e José Alberto de Viveiros Fernandes (Venezuela) haviam confirmado previamente, por e-mail, a sua presença, mas acabaram por não comparecer. .....................

… Foram ainda convidados a participar os Conselheiros suplentes desta Comissão Temática provenientes de diferentes Conselhos Regionais, tendo estado presentes as Conselheiras Sara Fernandes (Austrália) e Célia Stamford (Brasil – Recife/Salvador). ...............................

1. **Abertura da reunião**

… A reunião foi aberta pela Coordenadora da CEPECACS, Sandra Ferreira, que saudou a primeira participação do Conselheiro José João Correia Nóbrega Ascenso, do Conselho Regional de África, designado para substituir o Conselheiro Diogo Barbosa Leal, que solicitou a suspensão do seu mandato. ...................................................................................

… A Coordenadora informou que, a este propósito, contactou o Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP) e o Presidente do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), tendo confirmado que o Conselheiro José Ascenso foi formalmente indicado pelo Conselho Regional de África para integrar esta Comissão até ao regresso do Conselheiro Diogo Leal. ......................................

… Seguidamente, a Coordenadora apresentou a estrutura da CEPECACS, informando que ela própria exerce a função de Coordenadora, que José Alberto Viveiros é o Vice-Coordenador, Filipe Silva é o Primeiro Secretário e Armando Torrão o Segundo Secretário. Após verificação do quórum, a Coordenadora agradeceu a presença de todos e apresentou a ordem de trabalhos da reunião, que foi aprovada por unanimidade. ...................................

1. **Ordem de trabalhos**
	1. *Confirmação da Aprovação da ata da reunião anterior; ................................................*
	2. *Discussão e finalização da proposta de agenda da reunião da CEPECACS em Lisboa em maio de 2025 ..........................................................................................................*
	3. *Outros assuntos ............................................................................................................*

**2.1. Confirmação da aprovação da ata da reunião anterior**

… A ata da quarta reunião, realizada em março de 2025, foi previamente enviada por e-mail e aprovada sem observações adicionais. Assim, foi confirmada a sua aprovação oficial. .......

**2.2. Discussão e finalização da proposta de agenda da reunião da CEPECACS em Lisboa em maio de 2025**

… A Sandra Ferreira informou que contactou o Gabinete do SECP relativamente à participação dos convidados e que ficou acordado que, durante a semana seguinte, seria feito um ponto de situação sobre as confirmações. Indicou ainda que houve um problema com a visita à RTP: inicialmente prevista para o segundo dia, foi, após a revisão da grelha apresentada pelo Filipe Silva, alterada para o final da tarde do primeiro dia (17h00–18h30), evitando assim impacto nos trabalhos da comissão em caso de atraso. ................................

… A Coordenadora informou que contactou responsáveis da RTP/RDP para garantir a visita dentro do novo horário e que já recebeu a confirmação de participação da Dra. Rosa Campizes. Espera-se que durante a próxima semana, com o regresso da Dra. Ana Ferreira, se obtenham mais confirmações. Comprometeu-se a atualizar regularmente o grupo de WhatsApp com as confirmações recebidas. ............................................................................

… A seguir, o Filipe Silva sugeriu que, por uma questão metodológica, todas as alterações à agenda fossem centralizadas numa única pessoa para evitar confusão. Salientou que as alterações que venham a ocorrer deviam ser comunicadas a essa pessoa para fazer a atualização da agenda por forma a ser partilhada no grupo, uma vez que se começarmos a colocar comentários e sugestões no grupo de WhatsApp sem haver uma atualização da agenda poderá ser confuso. Assim, propôs-se a receber essas alterações, atualizar a agenda e partilhá-la no grupo de WhatsApp. ..........................................................................

… Seguidamente, por sugestão da Coordenadora, o Filipe Silva partilhou e apresentou detalhadamente a última versão da agenda para que todos estivessem a par da mesma. Na sequência da apresentação por cada área houve várias intervenções dos Conselheiros. .....

… O José Ascenso alertou para a necessidade de se rever a agenda no tocante à denominação dos convidados, salientando que a Presidente do Instituto Camões, Dra. Florbela Paraíba, também é Embaixadora, sendo desejável utilizar essa titulação. O Filipe Silva concordou com a sugestão e comprometeu-se a proceder às correções. .......................

… A Coordenadora Sandra sugeriu que, caso a Presidente do Instituto Camões não possa estar presente, seja o Vogal Joaquim Coelho Ramos a substituí-la. Sublinhou que este participou na reunião do Conselho Regional da Europa e, nessa ocasião, manifestou disponibilidade para abrir um canal de comunicação com o Conselho das Comunidades Portuguesas, tendo igualmente demonstrado disponibilidade para participar nas reuniões que venham a ser organizadas no âmbito deste Conselho. ....................................................

… Relativamente à área da Cultura, a Coordenadora salientou que, aquando da apresentação do primeiro esboço da agenda, o Gabinete do SECP manifestou concordância com a necessidade de, face à realização das eleições em maio, serem identificadas pessoas com efetiva disponibilidade para participar na reunião. Ficou, por isso, acordado que o Gabinete da Ministra da Cultura seria contactado no sentido de indicar os representantes a designar. Contudo, apenas na próxima semana será possível obter informações mais detalhadas sobre esta questão. . ............................................................................................

… O António Oliveira sugeriu que, no âmbito da Cultura, fosse incluído um representante do Instituto Camões, por ser a entidade responsável pela promoção da cultura portuguesa no estrangeiro. A título de exemplo, referiu que a Embaixada de Portugal em Paris conta com um Adido Cultural pertencente ao Instituto Camões, que tem precisamente essa responsabilidade. .....................................................................................................................

… Sobre a temática da Comunicação Social, o Filipe Silva sugeriu que, se por algum motivo não for possível realizar a visita às instalações da RTP, se pudesse solicitar através do Gabinete do SECP que alguns dos convidados identificados possam vir reunir connosco ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. ...................................................................................

… A este respeito, a Coordenadora referiu que já tinha considerado essa possibilidade e que se encarregaria de articular essa alternativa. Acrescentou ainda que teve acesso aos rascunhos iniciais das agendas das restantes comissões temáticas, verificando que a agenda da CEPECACS é significativamente mais densa, com menos tempo reservado para as reuniões internas e para os trabalhos administrativos da Comissão. ...............................

… Sobre este ponto, o Filipe Silva recordou que, por esse motivo, já havia sugerido à Coordenadora que alguns trabalhos fossem preparados previamente, nomeadamente o esboço do parecer a apresentar ao Conselho Permanente. Tal permitiria otimizar o tempo disponível, mesmo reconhecendo que o documento poderá vir a ser ajustado após as reuniões com os convidados das diferentes áreas temáticas. Acrescentou ainda que, segundo a proposta de agenda, a partir das onze horas da manhã do segundo dia haverá tempo reservado para o grupo se reunir, definir o parecer final a submeter ao Conselho Permanente e elaborar a ata da reunião. Quanto à gestão desse tempo, considerou-a razoável, desde que, nas próximas semanas, a Comissão prepare previamente um esboço quase final do mencionado parecer. A Coordenadora concordou com esta abordagem e apelou ao máximo empenho de todos nas próximas semanas, de modo a assegurar o bom desenrolar da reunião. .............................................................................................................

… Em seguida, foi aprovado o esboço da Agenda de Trabalhos para a reunião presencial da CEPECACS, a realizar-se em Lisboa nos dias 26 e 27 de maio de 2025. ............................

… A Coordenadora alertou para a necessidade de definir com antecedência a forma de organização das sessões temáticas que terão lugar em Lisboa. A título de exemplo, referiu que, nos próximos dias, será necessário identificar e enviar aos convidados os temas que se pretende que estes abordem nas respetivas intervenções. ...............................................

… O Filipe Silva salientou a importância de existirem temas gerais que orientem os convidados, mas considerou igualmente essencial que, internamente, a Comissão defina objetivos concretos a alcançar em cada área. Defendeu que essa definição permitirá estruturar previamente as questões a colocar e orientar eficazmente o rumo das discussões durante as sessões. Disponibilizou-se para elaborar um documento de síntese com as diferentes temáticas e uma proposta de objetivos, a ser partilhado com os restantes membros da Comissão durante a próxima semana, por e-mail e através do grupo de WhatsApp, de modo a recolher contributos e consensualizar os conteúdos a enviar pela Coordenadora aos convidados. ..............................................................................................

… O António Oliveira concordou com a proposta, sublinhando a importância de se definirem temáticas claras que sirvam de base à preparação das intervenções dos convidados e permitam que estas respondam, de forma objetiva, às preocupações dos membros da Comissão. ................................................................................................................................

… A Coordenadora manifestou a sua convicção de que os convidados devem ser informados previamente sobre os temas que a Comissão pretende abordar, mas defendeu que as perguntas concretas devem ser colocadas apenas durante a sessão presencial. Considera que essa abordagem evitará que os convidados preparem intervenções excessivamente genéricas, que não respondam de forma direta às questões que verdadeiramente interessam à Comissão. A título de exemplo, referiu que, na reunião do Conselho Regional da Europa, questionou o motivo pelo qual o Instituto Camões se encontra sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em vez de estar integrado no Ministério da Educação. No entanto, a resposta obtida foi considerada demasiado vaga. ...................................................................

… A este propósito, o Conselheiro José Ascenso explicou que a transferência da tutela do Instituto Camões para o Ministério dos Negócios Estrangeiros ocorreu em 2005, por iniciativa do então Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, António Braga, que, sendo inspetor escolar, pretendia assumir a supervisão do ensino português no estrangeiro. Desde então, e apesar de muitos considerarem mais adequado que o Instituto Camões estivesse sob a tutela do Ministério da Educação, não houve alterações nesse enquadramento. Acrescentou ainda que, atualmente, existem apenas escolas portuguesas nos antigos territórios que foram colónias portuguesas, nomeadamente Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Timor-Leste e Macau (esta última sob gestão de uma fundação). Informou também que, embora esteja formalmente criada, a Escola Portuguesa de São Paulo ainda não entrou em funcionamento. ............................................................................

… O António Oliveira referiu que, em França, existem secções internacionais de ensino que funcionam de forma eficaz, no âmbito de acordos bilaterais estabelecidos entre Portugal e França. Estas secções proporcionam aos alunos um reforço curricular nas áreas da língua, da literatura e da história portuguesas. No entanto, este modelo não existe noutros países europeus. Considerou, por isso, que deveria haver um maior esforço por parte do Governo português no sentido de celebrar acordos semelhantes com outros países, permitindo assim a promoção do ensino da língua e da cultura portuguesas integradas nos sistemas e currículos nacionais dos países de acolhimento, e não em paralelo ou de forma autónoma.

… O José Ascenso informou que, nos dias 5 e 6 de maio, terá lugar em Luanda uma reunião dos diretores das Escolas Portuguesas no Estrangeiro. Este encontro reunirá não apenas os responsáveis pelas escolas públicas sob tutela do Ministério da Educação, mas também das escolas privadas reconhecidas pelo Estado português. O objetivo é promover a partilha de experiências, reforçar a cooperação institucional e desenvolver estratégias comuns para o fortalecimento da rede de ensino português no estrangeiro. ...............................................

… O António Oliveira destacou que, nos países de língua oficial portuguesa, embora existam constrangimentos e contextos específicos, o ensino e a promoção da língua portuguesa revelam-se mais facilitados. No entanto, em países como França, ou outros com forte presença de comunidades portuguesas, defende-se que deve ser o Estado português a assumir a responsabilidade de assegurar o ensino da língua portuguesa, em vez de delegar essa missão a entidades privadas. .........................................................................................

… Por sua vez, o Armando Torrão recordou que, em 2017, foi assinado o termo de posse para a criação da Escola Portuguesa de São Paulo, mas que o projeto ainda não se concretizou. Acrescentou que o Filipe Silva, recentemente, através de uma pessoa da Embaixada de Portugal em Brasília, conseguiu obter informações atualizadas sobre o processo. Além disso, referiu que, no mês passado, ao tomar posse como membro do Conselho Consultivo do Consulado de Portugal em São Paulo, questionou o Cônsul sobre o tema. Este informou que, em janeiro, foi assinado um decreto que permitirá dar seguimento ao processo. Inicialmente, estava prevista a concessão do terreno por 20 anos, mas esse prazo foi alargado para 49 anos, o que permite antever desenvolvimentos positivos no futuro próximo. ...................................................................................................................................

… A Coordenadora informou que o Filipe Silva elaborou um resumo das diversas recomendações que a CEPECACS apresentou ao Conselho Permanente nas reuniões presenciais de 2021, 2022 e 2024. Nesse sentido, sugeriu que o documento fosse partilhado com os restantes membros da comissão, para que, até ao final da próxima semana, cada um pudesse analisar o conteúdo e indicar os temas e/ou propostas que deverão integrar o parecer final a submeter ao Conselho Permanente. ...............................................................

… O Filipe Silva procedeu à partilha do documento e apresentou uma breve explicação sobre a metodologia utilizada, baseada no levantamento das recomendações formuladas ao longo dos anos, organizadas por áreas temáticas da comissão. Sublinhou que esta sistematização poderá ser útil para identificar matérias ainda pendentes, cujas recomendações carecem de reforço. Com base nesse trabalho, poderão ser feitas novas sugestões que permitam integrar propostas adicionais consideradas relevantes, de modo a que o parecer esteja praticamente estruturado antes da reunião, podendo ser enriquecido posteriormente com os contributos resultantes das conversas com os diferentes convidados. ...................................

… Reforçou a importância da participação ativa de todos os membros da comissão na consolidação desta base de trabalho, sublinhando que tal contributo permitirá otimizar o tempo das reuniões presenciais em Lisboa, nomeadamente no que se refere à preparação dos documentos administrativos, como a ata e o parecer. Propôs que o documento fosse partilhado por correio eletrónico, permitindo a cada membro analisar o conteúdo e sugerir eventuais alterações. Manifestou total disponibilidade para integrar as contribuições recebidas e proceder à reformulação do documento. A proposta mereceu o consenso de todos os presentes. ..................................................................................................................

… De seguida, António Oliveira solicitou à Coordenadora que apresentasse um pedido ao Presidente do Conselho Permanente no sentido de ser emitida uma convocatória oficial que comprove a participação dos membros da comissão na reunião. Tal documento permitirá justificar, junto das respetivas entidades empregadoras, a ausência ao serviço durante esse período. Em resposta, a Coordenadora informou que entrará em contacto com o Presidente para solicitar a emissão da convocatória para todos os membros da CEPECACS. ..............

* 1. **Outros Assuntos**

… José Ascenso referiu que, no que respeita à promoção da língua portuguesa, os países africanos de expressão oficial portuguesa apresentam especificidades muito próprias. Em Cabo Verde, por exemplo, a maioria da população compreende e fala português com fluência, mas o crioulo continua a ser a língua dominante no quotidiano, com variantes distintas em cada ilha. Apesar dessa base linguística sólida, o país enfrenta uma pressão externa constante, nomeadamente por parte da Espanha — situação difícil de compreender, tendo em conta que os espanhóis já detêm as Ilhas Canárias como território formal. Os seus interesses em Cabo Verde são essencialmente económicos, sobretudo nas áreas da pesca e das indústrias associadas, como a das conservas de peixe, e a sua presença tende a ser persistente. Situação semelhante verifica-se em São Tomé e Príncipe, onde a influência francesa é bastante visível, nomeadamente através da sua presença na região do Gabão. Já na Guiné-Bissau, está prevista a criação de uma Escola Portuguesa, projeto que, no entanto, continua por concretizar. Este país, situado entre o Senegal e a Guiné-Conacri, vive num ambiente linguístico instável, marcado por uma crescente presença de outras línguas internacionais, como o francês. Este contexto de concorrência linguística e cultural torna mais difícil a afirmação e o fortalecimento do português. ......................................................

… Sublinhou ainda que, nestes países, o desafio está frequentemente relacionado com a sua dimensão geográfica e demográfica, bem como com a limitada capacidade de influência no plano regional. Angola, nesse sentido, constitui uma exceção positiva: a maioria da população fala e domina a língua portuguesa, o que representa uma mais-valia estratégica para o reforço da lusofonia. Já em Moçambique, a situação é mais complexa, fruto da diversidade cultural e das múltiplas influências históricas e linguísticas que coexistem no país. Concluiu reconhecendo que a construção de um espaço lusófono coeso no continente africano enfrenta ainda muitos desafios, pois os países encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento e estão sujeitos a pressões externas diversas. ......................................

… Por fim, manifestou a sua total disponibilidade para colaborar com a Coordenadora e com os restantes colegas da comissão, em tudo o que for necessário, ao longo do período em que exercer as suas funções. ..................................................................................................

… A Sara Fernandes iniciou a sua intervenção agradecendo o convite para participar na reunião, lamentando não ter podido estar presente na sessão anterior. Expressou a sua satisfação por poder contribuir nesta ocasião, sublinhando a importância de temas como o associativismo e a comunicação social, sobretudo quando associados a projetos concretos com impacto direto nas comunidades. Referiu que, na sua perspetiva, o Instituto Camões é uma das organizações mais multifacetadas com que teve contacto na Austrália. ..................

… No entanto, salientou que a realidade local difere substancialmente de outros contextos, sobretudo devido à ausência de financiamento direto e à natureza híbrida do sistema de ensino. Explicou que as escolas que lecionam português na Austrália são instituições independentes, sem apoio estruturado por parte do Instituto Camões, com exceção da disponibilização de alguns materiais didáticos e na acreditação dos exames finais dos cursos de língua portuguesa. Assinalou ainda que os programas de ensino e os critérios de recrutamento de docentes diferem significativamente dos utilizados noutros países. Deu como exemplo a escola em Melbourne, que funciona com apoios locais e com autonomia financeira. ................................................................................................................................

… Acrescentou que tem estado particularmente envolvida nas áreas do associativismo e da comunicação social, nas quais, apesar de não estar atualmente a desenvolver um projeto formal, mantém total disponibilidade para colaborar. Sublinhou também as limitações do apoio do Instituto Camões às associações e escolas locais, bem como a falta de clareza nos mecanismos de acesso aos apoios e programas disponíveis. ................................................

… A Sara Fernandes destacou que a Austrália, por ser um país anglo-saxónico e não uma antiga colónia portuguesa, apresenta uma realidade profundamente distinta da de países como Timor-Leste ou Macau — seja no acesso a financiamento, na natureza dos projetos ou no enquadramento cultural e histórico. Assinalou ainda o acentuado declínio no número de luso-australianos interessados em aprender português, uma situação agravada pela redução da imigração portuguesa permanente e pelo elevado custo de vida, que impede a fixação de muitos dos recém-chegados. .................................................................................

… Defendeu o reforço da prioridade dada ao associativismo no âmbito da CEPECACS, propondo a criação de um programa simples e acessível de formação e informação dirigido às associações portuguesas. Esse programa deveria incluir orientações práticas sobre como aceder a fundos, apresentar candidaturas e divulgar atividades, preferencialmente através das redes sociais. ....................................................................................................................

… Informou que está a organizar a primeira reunião nacional das associações portuguesas da Austrália, prevista para novembro, tendo já constituído um grupo de comunicação com todos os clubes portugueses do país. Considera tratar-se de um projeto ambicioso, mas essencial, pois acredita que, sem associações ativas, a cultura portuguesa perde visibilidade e dinamismo. ...........................................................................................................................

… A Sandra Ferreira tomou a palavra e referiu que é necessário haver maior apoio na divulgação de alterações legislativas e procedimentais relevantes, com destaque para as mudanças nos prazos de candidatura a apoios, que passaram de um regime semestral para outro, sem aviso prévio nem preparação do tecido associativo. Relatou que teve um projeto aprovado, mas que permanece sem saber se pode apresentar nova candidatura, dada a falta de esclarecimento por parte dos serviços competentes. ..................................................

… A seguir, a Sara Fernandes referiu igualmente que, apesar da publicação do novo decreto-lei no Diário da República, existe uma grande falta de informação sobre a sua aplicação no contexto australiano. Lamentou que o governo português mantenha uma perceção errada da comunidade luso-australiana, vendo-a como economicamente confortável, o que não corresponde à realidade.

… No domínio da comunicação social, chamou a atenção para a existência de várias rádios comunitárias portuguesas, todas elas com sérias dificuldades financeiras e sem qualquer tipo de apoio institucional. Reforçou, mais uma vez, os limites da ação do Instituto Camões neste contexto. ........................................................................................................................

… Por fim, a Sara Fernandes anunciou a intenção de discutir com os clubes portugueses em novembro a questão do envelhecimento das lideranças associativas. Indicou que mantém contacto regular com os clubes — por telefone ou através de mensagens — e que conhece bem a realidade de cada um. Concluiu a sua intervenção manifestando preocupação com o futuro do associativismo português na Austrália e reiterando a sua total disponibilidade para colaborar em tudo o que for necessário. .................................................................................

… A Coordenadora Sandra Ferreira reforçou a importância de solicitar uma divulgação mais ampla e eficaz das alterações introduzidas pela nova legislação que estabelece e regula as condições de atribuição de apoios às ações do movimento associativo das comunidades portuguesas. Sublinhou que, sendo uma legislação recente, é essencial que seja devidamente comunicada, de forma a permitir que os responsáveis associativos compreendam com clareza os mecanismos de acesso, os prazos e os requisitos necessários para beneficiarem dos apoios disponibilizados pela Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP). Destacou ainda a questão dos prazos de entrega dos fundos, referindo que se espera que o novo enquadramento legislativo contribua para a redução do tempo de disponibilização dos apoios financeiros às associações, facilitando assim a organização e execução atempada das respetivas atividades..................

.... Nada mais havendo a tratar, às treze horas e cinquenta e cinco minutos deram-se por encerrados os trabalhos da CEPECACS, dos quais foi lavrada a presente ata pelo primeiro Secretário da Comissão. ........................................................................................................

.................................................................................................................................................

..................................................................................................................................................

..................................................................................................................................................

..................................................................................................................................................